

ATA DA 446ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às quinze horas e trinta minutos, no Auditório Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quadragésima sexta Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Movimento econômico; 3 - Controle interno e Lei da Transparência; 4 - Saúde pública; 5 - Saneamento básico e meio ambiente; 6 - Finanças públicas municipais; 7 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em prosseguimento, o presidente convidou o secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, para fazer uso da palavra, o qual justificou a ausência do assessor econômico da AMMVI, senhor Célio Francisco Simão, e informou que o assunto será tratado na assembleia de agosto. O senhor Corrêa explicou que os índices provisórios do Valor Adicionado (VA) da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) já foram publicados. Em meados de julho, o assessor econômico deve fazer nova previsão e o assunto será retomado em agosto. A publicação definitiva deve acontecer em dezembro. Avançando ao terceiro item em pauta, o secretário executivo lembrou os prefeitos sobre a Instrução Normativa nº 14, em que a AMMVI manteve diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sobre alguns itens da IN, alcançando importantes avanços. A previsão é que no segundo semestre a AMMVI promova capacitações sobre a IN 14 e proponha modelos de relatórios. O secretário executivo falou que a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei da Transparência têm sido acompanhadas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), Ministério Público Federal (MPF) e Tribunal de Contas. A primeira avaliação da Escala Brasil Transparente foi feita de janeiro a março de dois mil e quinze, em que, na região, os municípios selecionados foram Apiúna e Botuverá. Nesta pesquisa, destaque para Apiúna, que recebeu nota dez. Já na segunda avaliação, feita de julho a dezembro do ano passado, foram selecionados Apiúna, Acurra, Blumenau, Botuverá e Rio dos Cedros. Nesta, Apiúna manteve a nota e Botuverá subiu para 9,58. Agora, o Ministério fará diferente a seleção dos municípios para fiscalização do site da transparência, colocando à disposição a adesão ao processo, porém se prevê que o Ministério continuará fiscalizando os sites que já tinham sido selecionados em momentos anteriores. O MPF também está acompanhando os sites e, numa primeira avaliação feita ano passado, a nota do país ficou em 3,92 e, na segunda avaliação, subiu para 5,15. Em Santa Catarina, a média dos municípios catarinenses era de 6,87 e subiu para 8,23. Na avaliação deste ano, a maioria dos municípios da AMMVI aumentou ou manteve a média do último ano, estando inclusive acima das médias nacional e estadual. Àqueles que sofreram queda na média, a Associação já solicitou informações para analisar os motivos. Em seguida, o secretário executivo convidou para fazer uso da palavra a controladora interna da entidade, senhorita Sabrina Furlani, que frisou que desde dois mil e catorze um grupo de trabalho e o Colegiado de Controladores Internos Municipais vêm trabalhando em cima da Lei da Transparência, bem como a LAI, momento em que também iniciaram as tratativas dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Conforme ela, no ranking da transparência, na primeira avaliação a média de notas dos municípios da AMMVI foi 7,7 e agora, na segunda avaliação, a média de nota foi para 9,15. Realmente foi um significativo

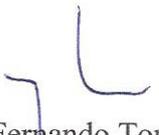
49 avanço, o que, segundo ela, vale ressaltar o trabalho de todos os setores da prefeitura. No entanto,
50 ela destacou que além do MPF, tem-se a fiscalização do MP/SC, do TCE/SC e do Ministério da
51 Transparência, Fiscalização e Controle. Além disso, a senhorita Sabrina informou que há outras
52 dificuldades a serem superadas como, por exemplo, a falta de regulamentação da LAI nos
53 municípios, pois, em geral, a lei municipal ou o decreto não contém todas as exigências da
54 legislação federal. Este assunto já foi discutido com os controladores internos e ainda há muita
55 legislação nas procuradorias para análise e é necessário que tais normas jurídicas estejam de acordo
56 com a lei federal, especialmente na previsão de autoridade que classifica a informação de grau de
57 sigilo e atendimento presencial da LAI. Além da legislação, tem-se ainda dificuldade com as
58 empresas de informática na gravação dos relatórios e manutenção de sites funcionais e atualizados.
59 Conforme o ranking da transparência do MPF, os municípios da AMMVI receberam as seguintes
60 notas: Apiúna – 10,0; Ascurra – 9,3; Benedito Novo – 5,2; Blumenau – 9,8; Botuverá – 8,8;
61 Brusque – 9,6; Doutor Pedrinho – 9,1; Gaspar – 8,8; Guabiruba – 9,7; Indaial – 9,2; Pomerode –
62 9,8; Rio dos Cedros – 10,0; Rodeio – 8,8; Timbó 10,0. Na sequência, passou-se ao quarto assunto
63 da ordem do dia – saúde pública – em que o senhor Corrêa falou sobre os atrasos no repasse de
64 recursos do Estado e da União para custeio dos programas na saúde pública. A AMMVI está
65 fazendo novo levantamento de dados para verificar o montante dos valores e o número de meses em
66 atraso. O senhor Corrêa citou o projeto de lei que está em tramitação na Assembleia Legislativa de
67 Santa Catarina (Alesc) que cria o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa
68 Catarina, ao Centro de Hematologia Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc) e ao Centro de
69 Pesquisas Oncológicas (Cepon). Este projeto prevê que, no mínimo, 90% dos recursos do fundo
70 sejam destinados à realização de cirurgias eletivas de baixa, média e alta complexidade e até 10%
71 ao Hemosc e ao Cepon. O fundo será constituído principalmente por devoluções voluntárias dos
72 poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, além de doações de
73 contribuintes tributários estabelecidos no Estado. Com aprovação desta lei, há previsão que recursos
74 sejam mantidos para as cirurgias eletivas e do aparelho da visão. O prefeito de Indaial, senhor
75 Sergio Almir dos Santos, sugeriu que a AMMVI reivindique que os recursos sejam repassados ao
76 Fundo Estadual da Saúde, e não a um outro Fundo específico, pois talvez isso possa prejudicar o
77 processo. Além disso, propor que os hospitais municipais que fazem cirurgias eletivas sejam
78 incluídos na lei, pois a princípio os recursos estão somente aos hospitais filantrópicos. Conforme
79 ele, a previsão é que sejam liberados por enquanto R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) o
80 que, para o prefeito, deve-se lutar por mais recursos. Em seguimento, foi apresentado o ofício que o
81 Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (Cosems) entregou ao MP/SC em
82 que solicita a adoção de todas as providências necessárias para compelir o Governo do Estado a
83 manter a regularidade e periodicidade das transferências interfederativas de recursos destinados ao
84 financiamento da saúde pública, inclusive mediante a propositura de ação judicial. A AMMVI
85 também fez um ofício à presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e prefeita de
86 Camboriú, senhora Luzia Lourdes Coppi Mathias, em que solicita a articulação da entidade em
87 incitar medidas que contribuam para o encontro de soluções às dificuldades assinaladas pela
88 Associação e enfrentadas pelos Municípios da região. Diante deste cenário, agravado com a crise
89 econômica e a significativa queda na arrecadação, reforçados pela divisão injusta do bolo tributário,
90 os prefeitos do Médio Vale do Itajaí reforçaram, no documento, o pleito para que a Fecam fomente
91 iniciativas que possam garantir dos demais Entes federados o cumprimento de suas obrigações
92 pactuadas com os Municípios, especialmente no que tange: cumprimento do Governo Estadual
93 quanto à observância dos marcos legais do repasse regular e automático na modalidade fundo a
94 fundo; regularidade no repasse dos recursos dos programas federais e estaduais na área da Saúde,
95 pois muitos destes estão em atraso desde fevereiro deste ano; garantia de recursos para a campanha
96 de cirurgias eletivas e do aparelho da visão, uma vez que os hospitais filantrópicos formaram

97 equipes e adquiriram equipamentos para cumprir com os mutirões de cirurgias; regularidade no
98 repasse dos recursos da Política Pública de Assistência Social de dois mil e quinze, pactuados na
99 Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e aprovados no Conselho Estadual de Assistência Social
100 (CEAS); ampliação dos recursos pactuados para aplicação na Política Pública de Assistência Social
101 para dois mil e dezesseis, uma vez que o valor orçado era de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões
102 de reais) e a previsão de repasse é de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), o que não atende
103 sequer a necessidade da Atenção Básica e causa o detrimento da Média e Alta Complexidade;
104 atraso no repasse das parcelas dos recursos do transporte escolar da rede estadual de ensino, pois os
105 Municípios já efetuam o transporte desde fevereiro e até o momento houve o repasse somente de
106 uma parcela. Outrossim, os prefeitos reivindicaram no documento a mobilização da Fecam frente a
107 mais um caso recente de desrespeito com os princípios da Administração Pública, no que se refere à
108 relação do Governo do Estado com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). Conforme os
109 apontamentos do parecer prévio do relator no processo PCG 16/00145148 do TCE/SC, no qual foi
110 analisada a prestação de contas do governador Raimundo Colombo referente o exercício de dois mil
111 e quinze, foram apresentadas ressalvas e recomendações quanto às áreas da Saúde, Educação,
112 cálculos e critérios de formação da cota de participação dos Municípios na divisão do bolo
113 tributário estadual. Neste item, observa-se especial gravidade na informação auferida pela Corte de
114 Contas que, consoante ressalvas do relator, aponta “classificação contábil inapropriada das doações
115 efetivadas pela Celesc em favor do Fundo Social, gerando distorções na base de cálculo utilizada
116 para fins do cálculo dos repasses do Poder Executivo Estadual aos Municípios Catarinenses,
117 Fundeb, Poderes e Órgãos e, causando reflexos no cômputo dos gastos com manutenção e
118 desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde”. Diante do exposto e da gravidade
119 que tal cenário reflete aos Municípios, os prefeitos da AMMVI sugeriram que a Fecam promova
120 medidas administrativas e judiciais que garantam o cumprimento das responsabilidades dos Entes
121 estadual e federal, principalmente no que tange a correta distribuição de recursos na forma da lei,
122 bem como afiance o repasse de valores pactuados com os Municípios de acordo com os
123 cronogramas pré-estabelecidos, pois os recorrentes atrasos têm comprometido os cofres municipais
124 e prejudicado a prestação de serviços aos cidadãos. O senhor Corrêa lembrou que no dia quatro de
125 julho terá assembleia geral extraordinária da Fecam, para a qual todos os prefeitos catarinenses
126 foram convidados. Na ocasião, será cobrado o posicionamento da Fecam sobre este ofício e em que
127 serão expostas as dificuldades financeiras dos municípios. Já na área de custos, a AMMVI está
128 desenvolvendo um trabalho que consiste no levantamento das informações de dados e custos
129 relativos a saúde pública municipal nos municípios da AMMVI. Com o resultado do trabalho, será
130 possível demonstrar o quanto de recursos é consumido por uma organização pública para produzir
131 determinado serviço de saúde para a sociedade e, a partir da avaliação de custos, melhorar o
132 planejamento e o orçamento governamental sabendo-se com mais clareza a destinação dos recursos
133 públicos. A pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo que na primeira buscou-se conhecer e
134 apurar a realidade das estruturas de saúde municipais, e na segunda etapa, foram levantados todos
135 os custos da estrutura de saúde do município de Indaial. Após a apuração dos custos das atividades
136 de saúde, dos grupos e centros de custo, de medicamentos e exames por atendimento, dos serviços e
137 materiais utilizados nas atividades de saúde, os resultados foram apresentados aos gestores
138 municipais para servir de ferramenta de planejamento das atividades de saúde no município. Em
139 continuidade à assembleia, a auxiliar administrativa da AMMVI, senhorita Dominique Carinie
140 Kulkys, lembrou que hoje os catorze municípios já possuem Planos Municipais de Saneamento
141 Básico e que neste ano muitos deverão executar a revisão dos Planos. Segundo levantamento da
142 AMMVI, Pomerode foi o primeiro município a aprovar a revisão; Blumenau e Gaspar estão em
143 processo de revisão; Indaial deverá contratar empresa para revisão. Já Ascurra, Benedito Novo,
144 Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros os prazos expiraram e a revisão do Plano será feita com o apoio

145 da AMMVI. Em Botuverá e Timbó os prazos vencem no segundo semestre deste ano. Referente ao
146 TAC, a senhorita Dominique informou que no último ano, o Promotor de Justiça Regional do Meio
147 Ambiente de Blumenau, Leonardo Todeschini, enviou a todas as prefeituras um documento
148 solicitando o motivo da não observância das cláusulas, com prazo de sessenta dias para resposta, o
149 qual expirou em dezembro de dois mil e quinze. Porém, até o momento, Brusque e Rodeio não
150 protocolaram ofícios no MP/SC, e Apiúna e Pomerode não encaminharam à AMMVI a cópia das
151 informações. Em seguida, a auxiliar administrativa informou que em março deste ano foi
152 prorrogado o prazo do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para até trinta e um de dezembro de dois
153 mil e dezessete. Neste tempo, a AMMVI vem fazendo o monitoramento da região e, com base nos
154 cinco relatórios enviados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS), os
155 cadastros na região subiram de 12,82% (março de dois mil e quinze) a 64,16% (maio de dois mil e
156 dezesseis). O arquiteto e urbanista da AMMVI, senhor Richard Buchinski, salientou que a AMMVI
157 promoveu um curso aos técnicos municipais sobre desenho técnico para o CAR e se colocou à
158 disposição para esclarecimento de demais dúvidas. Ao total são dezessete mil e cento e setenta
159 imóveis na região para cadastrar; até o momento estão cadastrados onze mil e dezesseis imóveis. A
160 maioria dos municípios está com cadastros superiores a 50%. Após, a senhorita Dominique lembrou
161 aos prefeitos que em julho do ano passado foi criado na AMMVI um grupo de trabalho sobre
162 terraplanagem, que contou com o apoio da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio
163 Ambiente de Timbó, o qual já tem esta questão regulamentada e implementada. Diante disso, foi
164 feito um levantamento nos municípios sobre questões legais, conselhos municipais e estruturação de
165 terraplanagem. Findado este estudo, verificou-se que Apiúna, Benedito Novo e Botuverá
166 apresentam algumas dificuldades e fragilidades em âmbito administrativo e o assunto vem sendo
167 tratado com o MP/SC. Ela apresentou ainda uma tabela com informações sobre as secretarias
168 municipais, situação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, legislação existente no
169 município, regulamentação e autorização de terraplanagem. A senhorita Dominique esclareceu que
170 o trabalho de terraplanagem também é importante para o município conhecer todo seu território e
171 inibir eventuais construções em terrenos em áreas suscetíveis à inundação ou em demais áreas
172 passíveis de movimentação do solo. O arquiteto e urbanista da AMMVI, senhor Richard Buchinski,
173 abordou o diagnóstico socioambiental e explicou que a Associação está seguindo o cronograma
174 aprovado em assembleia. Falou ainda que há poucos dias foi realizada uma reunião com os técnicos
175 municipais e MP/SC, em que foi abordada especialmente a questão das áreas urbanas consolidadas.
176 Para tanto, é necessário chegar à densidade demográfica, para a qual foram feitas duas propostas:
177 uma englobando os catorze municípios com base no Censo Demográfico de dois mil e dez; outra
178 para trabalhar individualmente por município. Os técnicos avaliaram as propostas e consideraram a
179 segunda a melhor opção para a delimitação das áreas consolidadas. Uma nova reunião sobre isso
180 será agendada e a Associação já solicitou à prefeituras o perímetro urbano para verificar se houve
181 alguma alteração desde o último Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS). Além
182 disso, foi enviado aos técnicos um sumário para análise e posteriormente dar início ao texto do
183 diagnóstico socioambiental. E, por fim, o senhor Buchinski apresentou aos prefeitos alguns mapas
184 com a definição da área urbana consolidada. Continuando a reunião, o secretário executivo
185 apresentou um levantamento em que aparece a receita dos municípios da AMMVI de janeiro a maio
186 deste ano, comparando as informações deste ano com as do mesmo período dos anos de dois mil e
187 onze a dois mil e quinze. Após, o secretário executivo apresentou aos prefeitos a evolução de
188 janeiro a maio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Circulação de
189 Mercadores e Serviços (ICMS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
190 e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de dois mil e doze a dois mil e dezesseis,
191 de forma a compreender a perda de arrecadação que está acontecendo. Sob outra análise,
192 comparando-se a arrecadação do FPM do ano passado, aplicando-se o índice de inflação e

193 comparando-se o que deveria ser arrecadado nos meses deste ano com o que realmente foi
194 realizado, verifica-se uma queda de janeiro a maio deste ano, conforme segue: R\$ 4.412.164,35
195 (quatro milhões e quatrocentos e doze mil e cento e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)
196 em janeiro; R\$ 805.679,53 (oitocentos e cinco mil e seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e
197 três centavos) em fevereiro; R\$ 2.823.985,44 (dois milhões e oitocentos e vinte e três mil e
198 novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) em março; R\$ 1.718.534,62 (um
199 milhão e setecentos e dezoito mil e quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos) em
200 abril; R\$ 680.774,19 (seiscentos e oitenta mil e setecentos e setenta e quatro reais e dezenove
201 centavos). Isso significa que até o mês de maio, considerando a inflação, a perda dos Municípios
202 chegou a quase 10,5 milhões de reais. No ICMS, o acúmulo da perda nos primeiros cinco meses
203 deste ano nos municípios da AMMVI, considerando-se a inflação, ultrapassou os 16 milhões de
204 reais, conforme segue: R\$ 675.376,95 (seiscentos e setenta e cinco mil e trezentos e setenta e seis
205 reais e noventa e cinco centavos) em janeiro; R\$ 3.592.673,05 (três milhões e quinhentos e noventa
206 e dois mil e seiscentos e setenta e três reais e cinco centavos) em fevereiro; R\$ 3.203.987,25 (três
207 milhões e duzentos e três mil e novecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) em março;
208 R\$ 4.717.568,17 (quatro milhões e setecentos e dezessete mil e quinhentos e sessenta e oito reais e
209 dezessete centavos) em abril; e R\$ 4.063.341,19 (quatro milhões e sessenta e três mil e trezentos
210 mil e quarenta e um reais e dezenove centavos) em maio. O secretário executivo advertiu que esta
211 situação é muito preocupante, pois se observa que a queda do ICMS vem aumentando e isso
212 impacta diretamente na maioria dos municípios. A previsão da Secretaria do Tesouro Nacional
213 (STN) é que o FPM tenha queda de 24% em junho e 13% em julho, voltando a crescer em agosto. A
214 AMMVI deve ainda fazer um levantamento da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano
215 (IPTU), do Imposto sobre Serviço (ISS), das taxas e operações de crédito do primeiro semestre nos
216 catorze municípios do Médio Vale, para que possa auxiliar os municípios em futuras decisões. Os
217 prefeitos discutiram sobre a forma de redistribuição do ICMS, pois muitos estão sendo prejudicados
218 com isso e perdendo competitividade. Finalizando a assembleia, passou-se para assuntos gerais,
219 momento em que o secretário executivo apresentou as agendas dos próximos dias: vinte e oito de
220 junho - Curso sobre Política Nacional de Mobilidade Urbana, no auditório da AMMVI; quatro de
221 julho - Assembleia Geral Extraordinária da Fecam, em Florianópolis; quatro de julho - audiência
222 pública regional Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) do
223 Estado, promovida pela Alesc; na regional de Blumenau o evento será no auditório da AMMVI e na
224 região de Brusque será no auditório da Câmara Municipal; catorze de julho - audiência pública da
225 Alesc referente Região Metropolitana do Vale do Itajaí, no auditório da AMMVI; quinze de julho -
226 Seminário Regional Unindo Forças, promovido pelo MP/SC, em que será tratado sobre
227 controladoria interna e transparência; vinte e dois de julho - 1º Seminário de Custos na
228 Administração Pública, no auditório da AMMVI; vinte e oito de julho - Seminário Regional
229 Eleições 2016, promovido pelo MP/SC, no auditório da Associação. Além disso, o secretário
230 executivo informou que a entidade já enviou ofício solicitando agenda com o governador Raimundo
231 Colombo e vai continuar na cobrança por resposta, como também se buscará agenda em Brasília
232 com o governo federal. Os prefeitos abordaram ainda sobre a Proposta de Emenda à Constituição
233 (PEC 87/15) que altera o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e prorroga a
234 Desvinculação de Receitas da União (DRU) – mecanismo de realocação de receitas federais – até
235 trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três. Além disso, o texto amplia de 20% para 30% o
236 percentual das receitas de tributos federais que podem ser usadas livremente e altera quais tributos
237 podem ser desvinculados. A nova redação traz que “São desvinculados de órgão, fundo ou despesa,
238 até 31 de dezembro de 2023, trinta por cento da arrecadação da União relativa às contribuições
239 sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às
240 contribuições de intervenção no domínio econômico, às taxas e à participação no resultado da

241 exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos
242 minerais, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data, e às destinações a que se
243 refere a alínea “c” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição. Parágrafo único. Excetuam-se da
244 desvinculação de que trata o caput a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que
245 se refere o § 5º do art. 212 da Constituição, a participação no resultado da exploração de petróleo ou
246 gás natural e as transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios previstas no § 1º do art. 20
247 da Constituição”. De autoria do Poder Executivo, a PEC foi encaminhada ao Congresso Nacional
248 no dia oito de julho. O documento já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e está em análise no
249 Senado Federal. Outra matéria importante que também está no Congresso Nacional é o Projeto de
250 Lei Complementar nº 257 que estabelece o plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e
251 medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, possibilitando ajuste no encontro de contas entre o
252 Estado e a União. O documento amplia a forma de controle e cria regras relacionadas ao gasto
253 público. Segundo ele, este Projeto vai trazer importantes mudanças aos municípios. Outra matéria
254 também em tramitação citada pelo secretário executivo é o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado
255 229/2009, aprovado no Senado Federal no dia sete de junho. A proposta, que substituirá a Lei
256 4.320/1964 que há mais de cinquenta anos rege a elaboração orçamentária de todos os entes da
257 federação e teve sua última atualização em mil novecentos e oitenta e dois, trata-se de um novo
258 marco legal das finanças públicas ao estabelecer um novo modelo de elaboração de orçamentos
259 públicos e normas gerais para o controle dos gastos e da contabilidade pública. O projeto também
260 altera a Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a fim de fortalecer a gestão fiscal
261 responsável. Além disso, a matéria reformula o Plano Plurianual (PPA), que deverá ter por base o
262 programa de governo apresentado pelo candidato vitorioso a cargo majoritário no Poder Executivo.
263 Ainda torna o envio do PPA ao Congresso Nacional coincidente com o da LDO. O substitutivo
264 busca ainda estimular a visão orçamentária de longo prazo ao reformular o Anexo de Metas Fiscais,
265 parte integrante da LDO. O novo texto amplia para quatro anos e determina o detalhamento
266 progressivo do espaço fiscal do Orçamento, com cálculo cumulativo dos custos de projetos – tanto
267 os que estão em curso quanto os futuros. Com isso, o governo terá de projetar todas as suas
268 obrigações já contratadas ou esperadas para os anos seguintes e, a partir dessas informações e com a
269 meta fiscal definida, saberá determinar o espaço disponível para novos projetos. Com isso, a
270 inclusão de novos projetos de investimento no orçamento exigirá que aqueles anteriormente
271 aprovados sejam adequadamente contemplados. O texto segue à Câmara dos Deputados e está em
272 regime de urgência. Por fim, o presidente da AMMVI informou que a próxima Assembleia Geral
273 Ordinária da entidade está agendada para dia dois de agosto, em comemoração aos quarenta e sete
274 anos de fundação da entidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI
275 encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a
276 presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo
277 senhor secretário executivo da AMMVI.



Fernando Tomaselli
Presidente
Prefeito de Rio dos Cedros



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas